

EDUCATION
AT A GLANCE 2018

Coordenação de Editoração e Publicações (Coep) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

Tradução: Walkíria de Moraes Teixeira da Silva

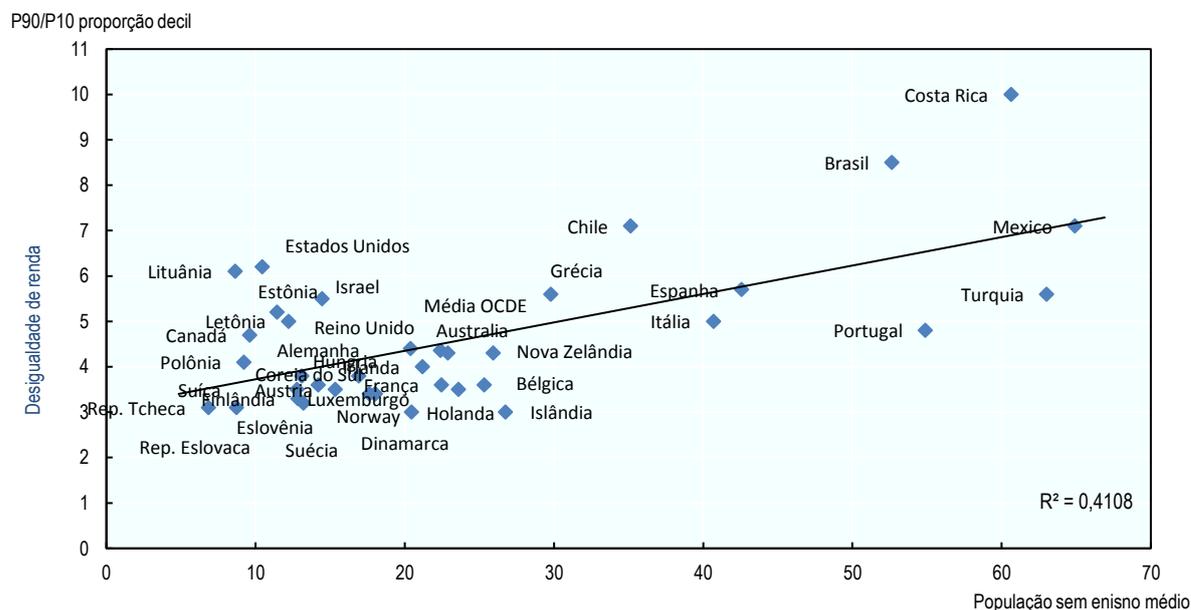
Education at a Glance: OCDE indicators é a fonte oficial de informações sobre a situação da educação no mundo. Fornece dados acerca da estrutura, do financiamento e do desempenho de sistemas educacionais em países membros e parceiros da OCDE.

Brasil

- Baixos níveis de escolarização são geralmente associados a altos índices de desigualdade de renda. **O Brasil apresenta uma das mais expressivas parcelas de adultos que não concluíram o ensino médio e um dos mais altos índices de desigualdade de renda entre os países membros e parceiros da OCDE.**
- **Aproximadamente um quarto das crianças com menos de três anos está matriculada na educação infantil**, valor próximo à média OCDE e superior ao alcançado pela maioria dos países da América Latina com dados disponíveis.
- No Brasil, as taxas de matrícula caem drasticamente após os 14 anos de idade: **apenas 69% da população entre 15 e 19 anos e 29% da população entre 20 e 24 anos frequenta alguma instituição de ensino.**
- O Brasil investe uma fatia relativamente grande tanto de seu produto interno bruto (PIB) quanto de seu gasto público total em educação, no entanto, **o gasto por aluno ainda é muito inferior ao da maioria dos países membros e parceiros da OCDE.**
- **No Brasil, o salário dos professores é relativamente baixo**, e há uma grande disparidade salarial de uma região subnacional para a outra.

Gráfico 1 - Percentual da população de 25 a 64 anos que não concluiu o ensino médio e a desigualdade de renda (2015)

Desigualdade de renda aferida como proporção do decil P90/P10



Nota: Nota: A razão decil P90 / P10 é a relação entre o valor do limite superior do nono decil (isto é, os 10% das pessoas com maior rendimento) e o valor do limite superior do primeiro decil. A distribuição de renda é medida em relação à renda disponível da população com idade entre 18 e 65 anos. 1. Ano de referência 2014.

Source: OCDE (2018), Base de dados Education at a Glance e Base de Dados de Distribuição de Renda da OCDE (IDD).

O Brasil apresenta altos índices de desigualdades de gênero e regionais na escolarização

- Sociedades mais igualitárias geralmente conseguem proporcionar melhores oportunidades educacionais à população e criar um ambiente propício ao crescimento econômico inclusivo. Ao comparar a desigualdade de renda (aferida pela razão entre o 90º e o 10º percentil de renda da população) com a escolarização em países membros e parceiros da OCDE, observa-se que países com uma parcela maior de concluintes do ensino médio tendem a desfrutar de níveis menores de desigualdade de renda. Entre todos os países membros e parceiros da OCDE, o Brasil registra uma das parcelas mais elevadas de adultos que não concluíram o ensino médio e a segunda maior taxa de desigualdade de renda, atrás apenas da Costa Rica (Gráfico 1).
- O Brasil apresenta ainda desigualdades regionais consideráveis na escolarização superior. Enquanto 33% dos jovens concluíram o nível superior no Distrito Federal – região subnacional que abriga a capital do Brasil e que detém o maior produto interno bruto (PIB) *per capita* do País – apenas 8% dos jovens alcançaram o mesmo nível de escolarização no Maranhão, estado com o menor PIB *per capita*. O coeficiente de variação na escolarização de nível superior entre as regiões subnacionais do Brasil é, de longe, o mais elevado entre os países membros e parceiros da OCDE com dados disponíveis, incluindo países grandes, compostos por regiões subnacionais com extensão e população diferentes, como a Federação Russa e os Estados Unidos. Na verdade, o coeficiente de variação entre as regiões subnacionais do Brasil é mais elevado que o coeficiente de variação entre os países da OCDE.
- Há também uma disparidade de gênero considerável na escolarização. De acordo com dados de 2015, 41% dos homens entre 25 e 34 anos não concluíram o ensino médio, ao passo que, nessa faixa etária, 32% das mulheres não integralizaram essa etapa de ensino. A diferença de 10 pontos percentuais é uma das maiores entre os países membros e parceiros da OCDE (média OCDE: 3 pontos percentuais). Tal

disparidade de gênero perpassa todos os níveis educacionais: assim como na maioria dos países OCDE, no Brasil a conclusão do nível superior para jovens entre 25 e 34 anos é mais elevada entre mulheres jovens (20%) do que entre homens jovens (14%).

O investimento em educação infantil está aumentando, e a participação nesse nível educacional é superior à dos demais países latino-americanos

- Aumenta cada vez mais a conscientização acerca do papel fundamental desempenhado pela educação e pelo cuidado infantil (ECEC – *Early Childhood Education and Care*) no desenvolvimento, na aprendizagem e no bem-estar da criança. Estudos mostram que o desenvolvimento de áreas extremamente importantes – tais como o controle emocional, as competências sociais e os conhecimentos matemático e linguístico – tem seu ápice nos primeiros três anos da vida da criança. No Brasil, 22% das crianças com menos de 3 anos estão matriculadas na educação infantil. Com exceção da Colômbia (49%), essa taxa supera a dos demais países da América Latina com dados disponíveis – Argentina (5%), Chile (20%), Costa Rica (2%) e México (2%) – embora ainda esteja abaixo da média OCDE de 25%. As taxas de matrícula aumentam consideravelmente para as crianças de 3 (62%) e 4 (90%) anos de idade, ao passo que o acesso à pré-escola ou aos anos iniciais do ensino fundamental se tornou amplamente universal para as crianças de 5 (97%) e 6 (100%) anos de idade.
- Designam-se cerca de 14 crianças para cada professor nas creches e cerca de 21 crianças para cada professor na pré-escola – ambos os valores excedem as médias OCDE de 8 e 14 crianças, respectivamente. Contudo, nessa etapa educacional, recorre-se amplamente a auxiliares, e, quando considerados tanto professores quanto auxiliares, a proporção entre crianças e profissionais cai para 8 na creche e 18 na pré-escola. Ainda assim, essa proporção é superior à média OCDE em ambas as etapas.
- A educação infantil é majoritariamente pública. Quase dois terços das crianças matriculadas em creches e mais de três quartos das crianças matriculadas na pré-escola frequentam instituições públicas (médias OCDE: 46% e 68%, respectivamente).
- Em 2015, o governo investiu 0,7% do PIB nacional na educação infantil, uma melhora em relação aos 0,4% de 2010. Esse investimento é um pouco inferior à média OCDE, mas superior ao investimento de outros países da América Latina, tais como Argentina, Colômbia, Costa Rica e México. No entanto, esse dado pode ser suscetível à mudanças na economia dos países e a duração da pré-escola, que é de dois anos no Brasil e varia de um a três anos na maioria dos países OCDE. O Brasil investe aproximadamente 3.800 dólares por criança nas instituições públicas pré-escolares, um dos mais baixos índices entre os países membros e parceiros da OCDE.¹

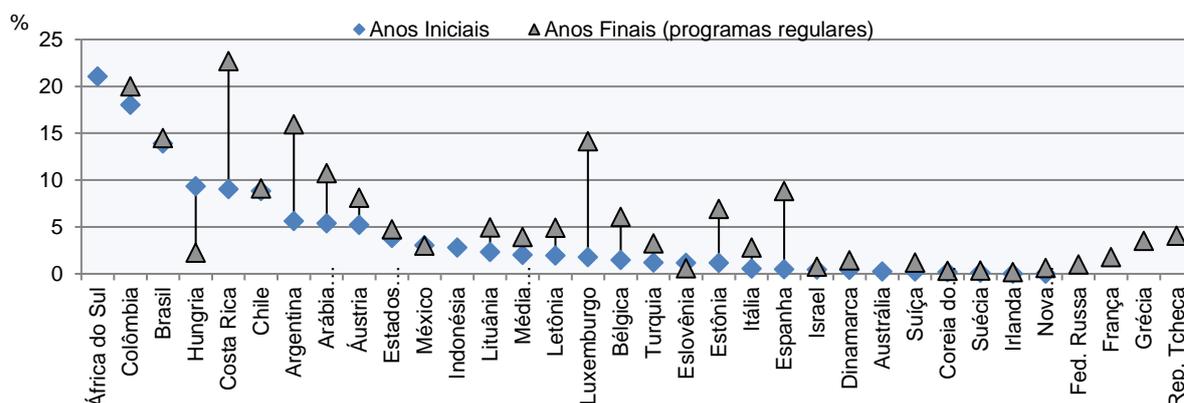
No ensino médio, as taxas de matrícula e de escolarização são as mais baixas entre os países membros e parceiros da OCDE, mas houve avanços significativos a esse respeito

- Embora o Brasil tenha conseguido universalizar a participação no ensino para a faixa etária entre 5 e 14 anos, as taxas de matrícula caem significativamente entre adolescentes e jovens. Apenas 69% dos adolescentes entre 15 e 19 anos e 29% dos jovens entre 20 e 24 anos frequentam alguma instituição de ensino, percentuais muito inferiores às médias OCDE de 85% e 42%, respectivamente. O alto número de estudantes acima da idade recomendada para cursar um determinado ano de ensino é um fator de risco em potencial, que pode ser associado à considerável queda nas taxas de matrícula, principalmente na faixa etária teórica adequada para cursar o ensino médio. São considerados acima da idade recomendada os estudantes que têm pelo menos dois anos a mais do que a idade teórica para cursar um determinado ano de ensino, sobretudo se resultantes de entrada tardia na escola ou de repetência. Cerca de 14% dos

¹Os valores reportados em dólares americanos foram convertidos utilizando a paridade do poder de compra (PPC) para o PIB.

estudantes que cursam o último ano dos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil são considerados acima da idade recomendada, contra apenas 2% em média nos países OCDE. O percentual aumenta discretamente para 15% no fim dos anos finais do ensino fundamental; permanecendo acima da média OCDE de 4% (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Distribuição de alunos acima da idade teórica para uma determinada série cursando o último ano dos anos iniciais e finais do ensino fundamental(2016)



Os países estão ranqueados em ordem decrescente de distribuição de alunos acima da idade teórica nas etapas do ensino fundamental.

Fonte: OCDE (2018), Tabela B1.3 e disponível on line. (www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm).

- No total, mais da metade da população adulta brasileira (25 a 64 anos) não concluiu o ensino médio – mais do que o dobro da média OCDE. Esse percentual é inferior ao de alguns países da América Latina, como Costa Rica (60%) e México (62%), mas é superior ao de Argentina (39%), Chile (35%) e Colômbia (46%). Para as gerações mais jovens, as taxas de escolarização têm mudado drasticamente. O percentual de jovens (de 25 a 34 anos) que concluíram o ensino médio aumentou de 47% em 2007 para 64% em 2015. Esse é um dos aumentos mais substanciais entre todos os países membros e parceiros da OCDE, embora a taxa desses jovens que concluíram o ensino médio ainda figure abaixo da média OCDE de 85%.
- A exemplo de muitos países OCDE, o Brasil tem concentrado esforços no desenvolvimento e na promoção da educação profissional como uma forma de elevar as taxas de conclusão do ensino médio e de facilitar a entrada do jovem no mercado de trabalho. No Plano Nacional de Educação (PNE), o governo estabeleceu a meta de triplicar o número de matrículas na educação profissional entre 2014 e 2024 (MEC/SASE, 2014). Em 2016, apenas 9% dos estudantes do ensino médio no Brasil estavam matriculados na educação profissional, índice consideravelmente inferior à média OCDE de 44%. O Brasil oferece vários programas de segunda chance de aprendizagem e de formação profissional e aproximadamente 28% dos estudantes matriculados na educação profissional têm mais de 20 anos de idade, em consonância com a média OCDE.
- As áreas de ciências empresariais, administração e direito são as mais populares entre os estudantes dos programas de ensino médio profissionalizante no Brasil, escolhidas por 25% dos estudantes (média OCDE: 19%). Em contrapartida, na maioria dos países membros e parceiros da OCDE, os cursos mais populares nesse nível educacional são os de engenharia, construção e produção. Embora haja desequilíbrio entre gêneros na escolha de cursos, no Brasil, a disparidade não é tão pronunciada quanto nos países OCDE. Por exemplo, 32% dos graduados em Engenharia, Construção e Produção no Brasil são do sexo feminino, quase três vezes à média OCDE.
- Embora a educação profissional compreenda apenas uma pequena parte do ensino médio no Brasil, o País investe fortemente nesses programas. Por exemplo, são designados apenas 13 alunos para cada professor nos programas de educação profissional contra 26 alunos para cada professor nos programas de ensino regular (a média OCDE é 13 para a educação profissional e 12 para o ensino regular). Essa lacuna na

proporção aluno-professor é mais ampla no Brasil e está também na contramão da maioria dos países OCDE, nos quais a proporção aluno-professor tende a diminuir nos programas de ensino regular.

A taxa de conclusão do ensino superior é baixa, e relativamente poucos estudantes se formam nas áreas de STEM

- Garantir que a população tenha acesso a níveis educacionais adequados é um desafio premente. A escolarização de nível superior tem aumentado no Brasil, no entanto, ainda conta com uma das menores taxas entre os países membros e parceiros da OCDE, inferior à de todos os demais países latino-americanos com dados disponíveis (Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica e México). Em 2015, 17% dos jovens (de 24 a 34 anos) concluíram o ensino superior, percentual superior aos 10% de 2007, mas ainda inferior à média OCDE em aproximadamente 27 pontos percentuais.
- Para aprimorar a transição da educação para o trabalho, independentemente da conjuntura econômica, os sistemas educacionais devem garantir que indivíduos possuam as habilidades requeridas pelo mercado de trabalho. Em consonância com a maioria dos países membros e parceiros da OCDE, as áreas de conhecimento do ensino superior mais populares no Brasil são as de ciências empresariais, administração e direito, que representam 36% dos concluintes (média OCDE: 24%). E, ao contrário da maioria dos países OCDE, a educação é a segunda área de conhecimento mais popular no Brasil, contando com 20% dos concluintes (média OCDE: 10%). Nos últimos anos, muitos países OCDE têm se empenhado em atrair mais estudantes para as áreas de STEM – ciências, tecnologia, engenharia e matemática –, o que demonstra a importância dessas disciplinas para a sociedade moderna. Já o Brasil possui um dos mais baixos índices de concluintes em áreas de STEM: 17%, contra a média OCDE de 24%.
- A mobilidade estudantil internacional no ensino superior têm sido um alvo crescente da criação de políticas, inclusive no Brasil, graças aos benefícios que pode trazer aos estudantes e à sociedade. Apesar disso, o sistema de ensino superior brasileiro ainda é relativamente fechado, visto que poucos estudantes brasileiros são enviados ao exterior e um número ainda menor de estudantes estrangeiros é atraído para o Brasil. Em 2016, somente 20.000 estudantes no País eram estrangeiros – menos de 0,25% do total do corpo discente do ensino superior (total OCDE: 6%). Simultaneamente, apenas 0,5% dos estudantes brasileiros estão matriculados no exterior, valor consideravelmente menor que o total OCDE de 2%.

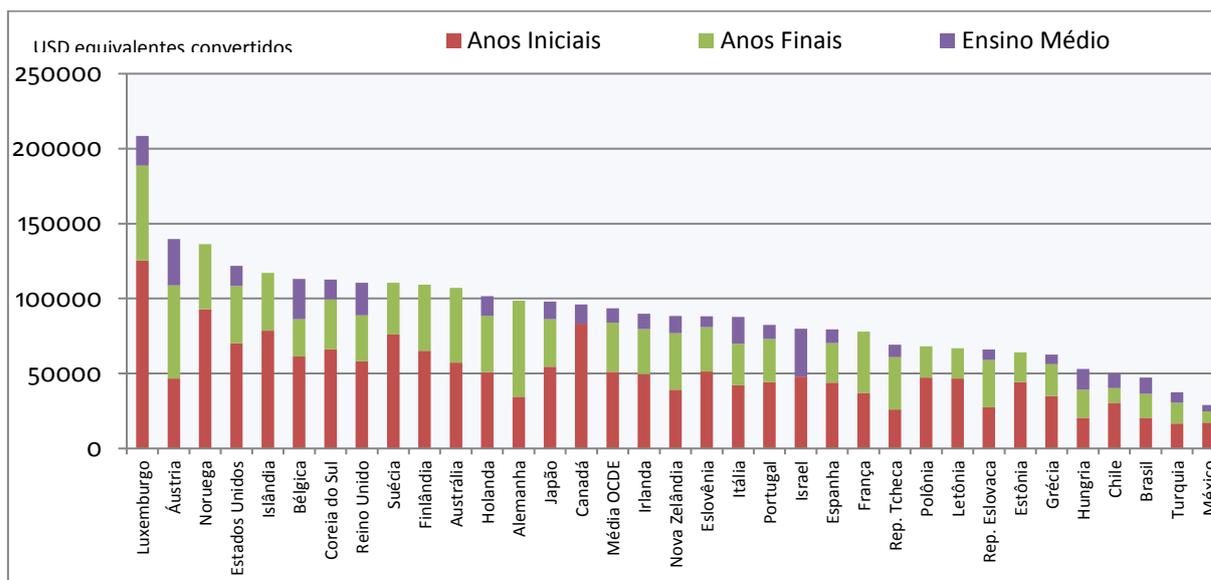
Apesar de aplicar uma boa fatia do PIB em educação, o gasto por estudante no Brasil ainda é baixo

- Em 2015, o governo brasileiro investiu em educação, do ensino fundamental ao nível superior, 5,5% do PIB (sendo que a média OCDE é 4,5%). Isso inclui tanto o gasto direto em instituições de ensino (tais como os custos de funcionamento das escolas públicas), que corresponde a cerca de 5% do PIB, quanto o subsídio a famílias ou outros agentes não educacionais do setor privado (tais como financiamentos públicos estudantis, bolsas e subsídios concedidos a estudantes de instituições privadas), que corresponde a 0,5% do PIB. O gasto público direto em instituições de ensino aumentou cerca de 70% entre 2005 e 2011, mas permaneceu em grande parte estável desde então. Embora o gasto brasileiro com educação em termos de percentual do PIB esteja entre os mais elevados dos países membros e parceiros da OCDE, o PIB *per capita* do País, que é comparativamente inferior, faz com que o gasto por estudante seja um dos mais baixos.
- O gasto anual por estudante em instituições de ensino dá uma noção do investimento feito em cada estudante. O governo do Brasil gasta cerca de 3.800 dólares por estudante dos ensinos fundamental e médio (incluindo a educação profissional subsequente) nas instituições públicas, o que representa menos que a metade da média OCDE. No Brasil, o gasto acumulado por estudante na faixa etária de 6 a 15 anos é de aproximadamente 47.300 dólares, valor superior ao do México, mas inferior ao do Chile (Gráfico 3). Com ensino superior, o governo gasta quase quatro vezes mais por estudante nas instituições públicas (14.300 dólares), um pouco abaixo da média OCDE de 15.500 dólares. A diferença entre o gasto com um estudante do nível superior e um estudante dos níveis educacionais anteriores é a maior entre todos os países membros e parceiros da OCDE.

- Um outro indicador do investimento público em educação, que enfatiza a destinação dos recursos do governo, é a parcela do gasto público total investida em educação. Em 2015, o Brasil destinou 17,3% do seu gasto total à educação, do ensino fundamental ao nível superior, uma melhora em relação aos 14,7% de 2005, mais ainda ligeiramente inferior à marca de 17,7% alcançada em 2011. Esse é um dos mais altos índices entre os países membros e parceiros da OCDE, consideravelmente superior à média OCDE de 11%.

Gráfico 3 - Gasto por aluno na faixa de 6 a 15 anos de idade, por etapa educacional (2015)

Gasto anual com instituições educacionais por estudante multiplicado pela duração teórica níveis, em USD equivalentes convertidos usando PPPs

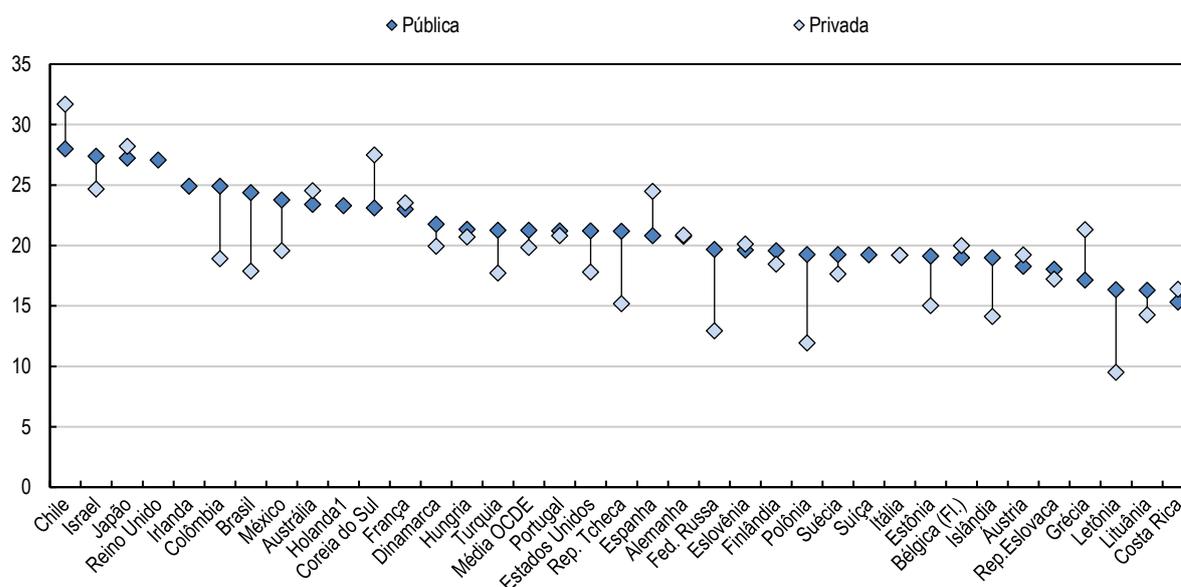


O tamanho médio das turmas tem diminuído, no entanto, o salário dos professores continua relativamente baixo

- Remuneração e condições de trabalho são aspectos significativos para a atração, o aprimoramento e a retenção de profissionais especializados e altamente qualificados. No Brasil, o piso salarial é estabelecido por lei para os profissionais que lecionam em todas as etapas, do ensino fundamental ao médio. Em 2017, essa remuneração correspondia a 14.000 dólares, em comparação aos 30.000 dólares em média nos países OCDE para os docentes de cada uma dessas etapas educacionais. O salário estatutário não engloba gratificações e outras compensações monetárias, de modo que a remuneração real pode variar em razão de fatores como experiência, qualificação, tipo de instituição e, até mesmo, região geográfica. Não obstante, o salário mínimo estatutário pode chamar atenção para o potencial de atração da profissão docente e no Brasil essa remuneração é consideravelmente inferior à de outros países latino americanos, tais como o Chile (cerca de 24.000 dólares), Costa Rica (cerca de 24.900 dólares) e México (variando entre 20.000 dólares na pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental até 49.300 no ensino médio).
- A média do salário real dos professores, o que inclui as características da força de trabalho docente e todas as gratificações e compensações monetárias, é consideravelmente superior ao salário estatutário, mas continua a ser uma das menores entre os países membros e parceiros da OCDE. No Brasil, o salário médio dos docentes, na faixa etária entre 25 e 64 anos, varia entre 22.000 dólares na pré-escola até 24.100 dólares no ensino médio. Em comparação, a média OCDE varia entre 36.900 e 45.900 dólares. Esses intervalos demonstram também que os salários no Brasil tendem a variar menos entre etapas educacionais diferentes do que em outros países OCDE, nos quais professores do ensino médio ganham aproximadamente 25% a mais do que professores da pré-escola.

- No entanto, há uma grande variação salarial entre as regiões do Brasil. Em média, o salário dos professores do ensino médio no Pará, região com o salário mais alto, é 5,6 vezes mais alto do que o dos docentes no Mato Grosso, região com a menor média salarial. Em outros países com dados disponíveis, a variação entre regiões subnacionais é consideravelmente inferior. E, novamente, o coeficiente de variação entre as regiões subnacionais do Brasil é mais elevado que o coeficiente de variação entre os países da OCDE.
- Quando submetidos à redução do orçamento público, muitos países são colocados em posição de escolher entre aumentar o salário dos professores e contratar mais professores, a fim de reduzir a tamanho das turmas. No Brasil, o tamanho das turmas nos anos iniciais e finais do ensino fundamental tem diminuído com o passar dos anos. Entre 2005 e 2016, as turmas nos anos iniciais do ensino fundamental diminuíram cerca de 8% (média OCDE: 1%); e nos anos finais do ensino fundamental, cerca de 15% (média OCDE: 7%). No entanto, as turmas permanecem comparativamente maiores, com 23 alunos por turma nos anos iniciais do ensino fundamental e 27 alunos por turma nos anos finais do ensino fundamental, índices superiores aos respectivos 21 e 23 da média OCDE. De modo similar a vários países OCDE, o tamanho das turmas no Brasil varia de acordo com o tipo de instituição. Há cerca de 24 alunos por turma nas escolas públicas dos anos iniciais do ensino fundamental – valor acima da média OCDE de 21 – mas apenas 18 alunos por turma nas escolas privadas – valor abaixo da média OCDE de 20 (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Tamanho médio das turmas nos anos iniciais do ensino fundamental, por tipo de instituição (2016)



Os países estão ranqueados em ordem decrescente de tamanho médio de turma nas instituições que oferecem anos iniciais do ensino fundamental.

Fonte: OCDE / UIS / Eurostat (2018), Tabela D2.1.

Este trabalho é publicado sob a responsabilidade da Secretaria-Geral da OCDE. As opiniões expressas e os pontos de vistas defendidos neste documento não necessariamente refletem a visão oficial dos países membros da OCDE. Este documento e qualquer outro mapa nele incluído não prejudicam a soberania e o status de qualquer território, a delimitação de fronteiras internacionais e o nome de qualquer território, cidade ou região.

Observações sobre os dados de Israel

As autoridades israelitas competentes fornecem e responsabilizam-se pelos dados estatísticos de Israel. O uso desses dados pela OCDE não prejudica o status das Colinas de Golã, de Jerusalém Oriental e dos assentamentos israelenses na Cisjordânia, nos termos do direito internacional.

References

MEC/SASE (2014), *Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação (Planning the next decade: Getting to know the 20 goals of the National Education Plan)*, Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf.

OECD (2018), *Education at a Glance 2018: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2018-en>.

OECD/NCES (2018), *Education at a Glance Subnational Supplement*, OECD/National Center for Education Statistics, Paris and Washington, DC, <https://nces.ed.gov/surveys/annualreports/oecd/>.

Para mais informações sobre o *Education at a Glance 2018* e para ter acesso ao conjunto completo de indicadores, visite: www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm.

Dados atualizados podem ser encontrados *on-line*, no endereço <http://dx.doi.org/10.1787/eag-data-en>, e por meio do seguinte ícone: **StatLinks**  , que se encontra abaixo das tabelas e gráficos na publicação.

Explore, compare e visualize mais dados e análises utilizando:  **EducationGPS**
<http://gpseducation.oecd.org/CountryProfile?primaryCountry=BRA&treshold=10&topic=EO>.

Perguntas podem ser enviadas diretamente a: Marie-Helene Doumet Directorate for Education and Skills marie-helene.doumet@oecd.org	Autora do <i>Country Note</i>: Camila de Moraes Directorate for Education and Skills camila.demoraes@oecd.org
---	---

Principais destaques do *Education at a Glance 2018*

Fonte	Principais tópicos do <i>Education at a Glance</i>	Brasil		Média OCDE	
Equidade					
	Nível de escolarização da população de 25 a 34 anos de idade por gênero	2017			
		% Homem	% Mulher	% Homem	% Mulher
Tabela A1.2	Até Ensino Médio	41%	32%	17%	14%
	Ensino Médio ⁴	45%	49%	46%	37%
	Ensino Superior	14%	20%	38%	50%
	Percentual da população de 15 a 29 anos de idade NEM NEM segundo naturalidade	2017			
Tabela A2.3	Nativo	**		13%	
	Estrangeiro	**		18%	
	Taxa de emprego por naturalidade da população de 25 a 64 anos de idade, segundo nível de escolarização	2017			
		Nativo	Estrangeiro	Nativo	Estrangeiro
Tabela A3.4	Até Ensino Médio	**	**	56%	60%
	Ensino Médio ⁴	**	**	76%	72%
	Ensino Superior	**	**	87%	79%
	Remuneração das mulheres em relação aos homens da população de 25 a 64, por nível de escolarização	2016			
Tabela A4.3	Até Ensino Médio	69%		78%	
	Ensino Médio ⁴	65%		78%	
	Ensino Superior	65%		74%	
	Percentual de mulheres do total de repetentes no ensino fundamental anos finais e ensino médio na modalidade regular	2016			
Tabela B1.3	Ensino Fundamental Anos Finais	**		39%	
	Ensino Médio	**		42%	
	Porcentagem de mulheres e homens que ingressam em programas de doutorado, segundo área de estudo	2016			
		% Homem	% Mulher	% Homem	% Mulher
Tabela B4.1	Ciências naturais, matemática e estatística	**	**	22%	20%
	Engenharia, manufatura e construção	**	**	22%	10%
	Saúde e bem estar	**	**	12%	19%
	Primeira conclusão no ensino superior	2016			
Tabela B5.1	Percentual de mulheres concluintes do ensino superior (1ª conclusão)	**		57%	
	Participação da população de 25 a 64 anos de idade no ensino formal e não-formal	2012¹			
Tabela A7.1	Participação de adultos nativos e adultos nascidos no exterior que chegaram ao país aos 25 anos de idade	**		49%	
	Participação de adultos nascidos no exterior que chegaram ao país com 26 anos ou mais	**		48%	
Educação Infantil					
	Taxa de matrícula na Educação Infantil de 3 anos de idade	2016			
Tabela B2.1a	Percentual de matrícula na Creche e Pré escola (ISCED 0) e outros serviços da educação infantil	62%		76%	

	Percentual de criança matriculadas na pré-escola (ISCED 02), por tipo de instituição	2016	
Tabela B2.2	Instituição pública	76%	68%
	Instituição privada	24%	32%
	Gasto com a pré escola (ISCED 02)	2015	
Tabela B2.3a	Gasto anual por criança em USD (convertido em PPPs)	**	USD 8 426
Educação Técnica Profissional			
	Percentual de matrículas do ensino médio na modalidade profissionalizante, segundo a orientação dos programas	2016	
Tabela B1.3	Todos os programas profissionalizantes	9%	44%
	Programas com combinação escola e trabalho	**	11%
	Participação de mulheres entre os concluintes do ensino médio, por orientação do programa	2016	
Figura B3.1	Programas regulares	56%	54%
	Programas profisionalizantes	58%	46%
	Total do gasto no ensino médio com estudantes em tempo integral, segundo orientação dos programas	2015	
Tabela C1.1	Programas regulares	**	USD 8 981
	Programas profisionalizantes	**	USD 10 831
Ensino Superior			
	Percentual de estudantes internacionais ou estrangeiros, segundo o nível de ensino²	2016	
Tabela B6.1	Graduação	0%	4%
	Mestrado	1%	12%
	Doutorado	2%	26%
	Total do Ensino Superior	0%	6%
	Percentual de primeira conclusão no ensino superior, segundo o nível de ensino	2016	
Tabela B5.1	Cursos Sequenciais de formação específica	**	14%
	Graduação	**	75%
	Mestrado	**	10%
	Taxa de emprego da população de 25 a 64 anos de idade, segundo nível de ensino	2017	
Tabela A3.1	Cursos Sequenciais de formação específica	**	81%
	Graduação	**	84%
	Mestrado	**	88%
	Doutorado	**	92%
	Total do Ensino Superior	83%	85%
	Rendimentos dos trabalhadores em tempo integral, com idade de 25 a 64 anos, por nível de escolarização (ensino secundário superior = 100)	2016	
Tabela A4.1	Cursos Sequenciais de formação específica	**	123
	Graduação	235	145
	Mestrado ou doutorado	449	191
	Total do Ensino Superior	249	155

Fonte	Principais tópicos do <i>Education at a Glance</i>	Brasil		Média OCDE	
Fonte dos investimentos em educação					
	Total do gasto por aluno nas instituições educacionais, segundo nível de ensino (em USD convertido em PPPs)	2015			
Tabela C1.1	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	USD 3 762		USD 8 539	
	Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio	USD 3 872		USD 9 868	
	Ensino Superior (exclui atividades de P&D)	**		USD 11 049	
	Total do gasto nos anos iniciais do ensino fundamental até ensino superior nas instituições educacionais	2015			
Tabela C2.1	Como percentual do PIB	5%		5,0%	
	Proporção das despesas com instituições de ensino superior, segundo fonte de recursos³	2015			
Figura C3.1	Gasto público	**		73%	
	Gasto privado	**		21%	
	Transferências do público para o privado	**		6%	
	Total do gasto público do ensino fundamental até ensino superior	2015			
Tabela C4.1	Como percentual do total do gasto público	17.3%		11.1%	
Professores, ambiente de aprendizagem e organização escolar					
	Salário atual de professores e diretores em instituições públicas em relação aos ganhos dos trabalhadores de tempo integral com nível superior	2016			
		Professores	Diretores	Professores	Diretores
Tabela D3.2a	Creche e Pré escola	**	**	0,82	**
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	**	**	0,86	1,21
	Anos Finais do Ensino Fundamental (modalidade regular)	**	**	0,91	1,34
	Ensino Médio (modalidade regular)	**	**	0,96	1,42
	Salário estatutário anual dos professores de instituições públicas, baseado na maior qualificação predominante por posição na carreira docente, segundo nível de ensino (em USD convertido em PPPs)	2017			
		Salário Inicial⁵	Salário após 15 anos de experiência	Salário Inicial⁵	Salário após 15 anos de experiência
Tabela D3.1a	Creche e Pré escola	USD 13 971	**	USD 30 229	USD 40 436
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	USD 13 971	**	USD 31 919	USD 44 281
	Anos Finais do Ensino Fundamental (modalidade regular)	USD 13 971	**	USD 33 126	USD 46 007
	Ensino Médio (modalidade regular)	USD 13 971	**	USD 34 534	USD 47 869
	Organização do tempo do trabalho docente em instituições públicas no ano letivo	2017			
		Tempo líquido de ensino	Total do tempo de trabalho estatutário	Tempo líquido de ensino	Total do tempo de trabalho estatutário
Tabela	Creche e Pré escola	**	**	1029 horas	1628 horas

Brazil - Country Note - Education at a Glance 2018: OECD Indicators

D4.1	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	**	**	778 horas	1620 horas
	Anos Finais do Ensino Fundamental (modalidade regular)	**	**	701 horas	1642 horas
	Ensino Médio (modalidade regular)	**	**	655 horas	1638 horas
	Percentual de docentes com 50 anos ou mais de idade	2016			
Tabela D5.1	Anos Iniciais do Ensino Fundamental até Ensino Médio	20%		35%	
	Proporção de mulheres em instituições públicas e privadas	2016			
Tabela D5.2	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	89%		83%	
	Anos Finais do Ensino Fundamental	68%		69%	
	Ensino Médio	59%		60%	
	Ensino Superior	46%		43%	
	Tamanho médio de turma, segundo nível de ensino	2016			
Tabela D2.1	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	23		21	
	Anos Finais do Ensino Fundamental	27		23	

O ano de referência é o ano citado ou o último ano com dados disponíveis.

Refer to Annex 3 for country-specific notes and for more information on data presented in this key facts table

(www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm)

1. A média OCDE inclui alguns países com dados de 2015.

2. Alguns países, como o Brasil, os dados de alunos estrangeiros correspondem à estudantes internacionais.

3. Os gastos internacionais são agregados aos gastos públicos

*** Por favor consulte a tabela de fontes para obter detalhes sobre estes dados.

Data limite para os dados: 18 de julho de 2018. Quaisquer atualizações dos dados podem ser encontradas on-line em <http://dx.doi.org/10.1787/eag-data-en>.

4. Inclui a Educação Técnica pós Secundária não terciária (ISCED 4). No Brasil equivale aos cursos Ed. Profissional técnica de ensino médio na forma subsequente.

4. Os dados informados pelo Brasil equivalem ao piso salarial dos professores da educação básica, conforme estabelecido pela Lei nº 11.738 de 16/07/2008.